

# APOIANDO A INOVAÇÃO E A EQUIDADE SOCIAL



**INSTITUTO**  
Betty e Jacob  
**LAFER**



ISTOCK BY GETTY IMAGES



# APRESENTAÇÃO

O Instituto Betty e Jacob Lafer é uma organização familiar que atua financiando projetos de organizações da sociedade civil em duas áreas programáticas: aprimoramento e inovação de gestão e políticas públicas; e redução das desigualdades no sistema de justiça. Fundado em 2011, já destinou mais de R\$ 7 milhões para 30 organizações diferentes.

A premissa de transformação social do Instituto Betty e Jacob Lafer é a de que, para aprofundar a democracia, a participação social e o engajamento cívico e político, assim como ampliar o acesso aos serviços públicos e a melhorar sua qualidade, é preciso haver uma sociedade civil forte, financiada com recursos privados independentes.

A primeira linha programática do Instituto, de aprimoramento e inovação de gestão e políticas públicas, tem o objetivo de contribuir para **ampliação da accountability e da participação social e para a melhoria da qualidade das políticas públicas**, por meio do apoio a ações de: controle social sobre os agentes, ações públicas e *advocacy*; aperfeiçoamento da capacidade e qualidade do trabalho dos gestores públicos; eficiência e inovação na área pública; e aumento da atratividade da área pública. A segunda almeja contribuir para **reduzir as desigualdades na aplicação do sistema de Justiça no Brasil** e para a **efetiva implementação da legislação vigente**, independentemente de classe social, por meio do apoio a ações de: fomento à efetiva aplicação e implementação de leis existentes e dos instrumentos de direitos humanos relacionados ao processo penal e ao direito de defesa; fomento à *accountability* e ao controle social sobre as instituições de Justiça e aperfeiçoamento institucional e legal da área; ampliação do acesso à justiça pela população de baixa renda e diminuição das prisões provisórias indevidas; e diminuição da ineficiência do sistema de Justiça.

No período entre 2011 e 2015, o IBJL investiu cerca de R\$ 5 milhões em 35 projetos, realizados por 19 diferentes organizações da sociedade civil. Dentro de cada uma de suas linhas de trabalho, o Instituto apoiou principalmente atividades de *advocacy*; formação e capacitação; mobilização; monitoramento do Legislativo; e desenvolvimento ou disseminação de novas metodologias, tecnologias sociais, modelos de intervenção e/ou formas alternativas de solução de conflitos.

No final de 2015, após cinco anos de atuação e quatro ciclos de apoio a organizações, o Instituto decidiu realizar uma avaliação do efeito conjunto

O IBJL pensa que, para aprofundar a democracia, a participação social e o engajamento cívico e político, assim como ampliar o acesso aos serviços públicos e a melhorar sua qualidade, é preciso haver uma sociedade civil forte, financiada com recursos privados independentes.

dos projetos financiados durante o período. A avaliação foi conduzida por uma consultoria independente (INCIDE) ao longo do ano de 2016 e envolveu o exame de documentação e relatórios relativos a todas as atividades apoiadas e a realização de dezenas de entrevistas com pessoas envolvidas nos projetos, que foram instadas a contar histórias de transformações relevantes alcançadas por meio do apoio do Instituto.

A avaliação concluiu que o apoio do IBJL a organizações da sociedade civil contribuiu para a obtenção de resultados bastante relevantes na direção dos objetivos que o Instituto se propõe atingir.

Organizações financiadas pelo IBJL obtiveram, por exemplo, transformações significativas no campo da justiça criminal do país. Destacam-se mudanças significativas em leis e normas, tais como a regulamentação das audiências de custódia; a criação do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e da Política Nacional de Alternativas Penais; e a liberação da prática da advocacia pro bono no país pela OAB. O IBJL não foi o único responsável pelo financiamento de atividades que contribuíram para essas vitórias, mas seu papel como apoiador de ações de advocacy foi considerado muito relevante por vários dos entrevistados que estiveram envolvidos nessas iniciativas. Um caso em especial, o da decisão pelo STF de que o tráfico privilegiado de entorpecentes<sup>1</sup> não deve ser considerado crime hediondo, deixa bastante claro o papel decisivo que o apoio do IBJL a uma ação de advocacy teve na definição de uma política.

No campo da gestão pública, as contribuições do IBJL que parecem ter gerado mais resultados coincidentes com os objetivos do programa de Aprimoramento e Inovação de Gestão e Políticas Públicas foram as de apoio ao controle social de agentes públicos, tais como a de acompanhamento de mandatos parlamentares.

Atividades de ampliação de controle social sobre instituições de Justiça e sobre legisladores e gestores públicos parecem ter produzido resultados particularmente significativos para os objetivos de ambos os programas do IBJL. Fundamental para viabilizar essas atividades foram as contribuições para incrementar a capacidade de incidência das organizações. Entre as de maior destaque está o fortalecimento de organizações e redes da sociedade civil envolvidas com o tema da justiça criminal, especialmente a Rede Justiça Criminal e a Rede Pense Livre. Merece atenção também o apoio dado a abertura de novas frentes de atuação por organizações da área, tais como o trabalho da Conectas Direitos Humanos com a Defensoria Pública de São Paulo, que produziu resultados relevantes, especialmente quanto à melhoria da accountability da instituição.

---

<sup>1</sup> Tráfico privilegiado é aquele em que o agente é réu primário, de bons antecedentes, não se dedica a atividades criminosas nem integra organização criminosa

**Organizações apoiadas pelo IBJL obtiveram transformações significativas no campo da justiça criminal, principalmente por suas ações de advocacy, e no de políticas públicas, por suas atividades de controle social de agentes públicos.**

Em muitos casos, as contribuições do Instituto ainda não tiveram tempo de gerar resultados de transformação social final, mas resultados intermediários relevantes foram atingidos. É o caso da proposição de leis para acabar com os autos de resistência usados pela Polícia Militar e com a revista vexatória de visitantes nas prisões do país, além da análise pelo STF da possibilidade de descriminalizar o porte de entorpecentes para uso pessoal.

Outras atividades financiadas pelo IBJL, apesar de não terem potencial de causar transformações sociais diretamente, foram consideradas muito importantes pelas organizações apoiadas por contribuírem para mudanças de mentalidade na sociedade – que, por sua vez, criam um ambiente favorável para as mudanças desejadas. É o caso de ações de realização e disseminação de estudos e pesquisas – estratégia bastante utilizada por organizações como Rede Pense Livre, Instituto Sou da Paz e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Relacionados a esse tema estão também os projetos apoiados cujo objetivo final era transformar a forma pela qual assuntos relacionados aos temas de justiça – especialmente direitos humanos e política de drogas – são tratados pela mídia.

As atividades apoiadas pelo Instituto que pareceram contribuir mais diretamente para transformações na realidade foram as de pressão, mobilização e advocacy para alteração ou produção de leis e normas; o monitoramento de agentes e instituições; o fortalecimento de redes e organizações; e a qualificação do debate público, principalmente por meio de estudos e pesquisas.

Nas páginas seguintes, apresentamos os principais resultados identificados durante o processo de avaliação, agrupados pelo tipo de impacto na realidade que produziram. Também incluímos algumas das histórias de transformação contadas pelos entrevistados durante o processo de avaliação.

Além de compartilhar os resultados atingidos com as organizações apoiadas e a sociedade civil em geral, a presente publicação tem o objetivo de mostrar a indivíduos, empresas e organizações o quanto o investimento social pode ser transformador e como mesmo quantias relativamente modestas, quando utilizadas estrategicamente para apoiar o trabalho de organizações inovadoras e comprometidas com a justiça social, podem proporcionar avanços significativos no aprofundamento e aperfeiçoamento de nossa democracia.

**Um dos objetivos desta publicação é mostrar o quanto o investimento social pode ser transformador e como quantias relativamente modestas, quando usadas para apoiar o trabalho de organizações inovadoras e comprometidas com a justiça social, podem proporcionar avanços significativos no aprofundamento e aperfeiçoamento de nossa democracia.**

# 1. ALTERAÇÕES DE LEIS E NORMAS

**Alterações de leis e normas** são um passo fundamental na promoção de transformações sociais. Por meio do apoio a atividades de incidência política de diferentes organizações, o IBJL contribuiu para que se obtivesse a alteração de legislação federal, estadual ou municipal ou de normativas institucionais no sentido de aperfeiçoar nosso sistema de justiça, especialmente a justiça penal.

Entre os principais resultados alcançados, estão:

1. A regulamentação da **audiência de custódia** pelo CNJ e pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, garantindo que toda pessoa presa seja apresentada a um juiz em até 24 horas. O juiz pode decidir manter a prisão, relaxá-la ou substituí-la por medida cautelar. Para especialistas, a audiência de custódia contribui para reduzir a superlotação carcerária, já que diminui o número de detenções provisórias desnecessárias, além de inibir a tortura durante interrogatórios policiais.
2. Criação do **Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura**, que determina que especialistas independentes passem a ter acesso às instalações de privação de liberdade e, em caso de constatação de violações, elaborem pareceres para as autoridades competentes. O mecanismo era previsto em Protocolo Facultativo da ONU ratificado pelo Brasil em 2008.
3. Alteração no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para assegurar a **convivência da criança e do adolescente com os pais privados de liberdade**.
4. Estabelecimento da **Política Nacional de Alternativas Penais**, com o objetivo de desenvolver ações, projetos e estratégias voltadas à aplicação de alternativas penais com enfoque restaurativo, em substituição à privação de liberdade.
5. Proposição de legislação para estabelecer novas diretrizes para revista de visitantes a presos (**fim da chamada “revista vexatória”**).
6. Proposição de lei para estabelecer novos procedimentos de perícia e inquérito em mortes por policiais (**fim dos chamados “autos de resistência”**).
7. Alteração de legislação relacionada à **política de drogas** no sentido de reduzir o encarceramento por porte e tráfico: decisão pelo STF de que tráfico qualificado de entorpecentes não é crime hediondo; votação favorável de ministros do STF no sentido de decidir pela inconstitucionalidade da criminalização do porte de drogas para uso pessoal; e contribuição para o adiamento da votação e melhoramento do texto de lei antidrogas em tramitação na Câmara dos Deputados.



DANIEL CIMA/CIDH

Vivian Calderoni, advogada da Conectas, e representantes da sociedade civil durante sessão pública realizada na CIDH (Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA), em Washington, sobre a implementação das audiências de custódia no Brasil

## ORGANIZAÇÕES APOIADAS QUE CONTRIBUÍRAM PARA ESSES RESULTADOS

Conectas Direitos Humanos  
 Instituto Igarapé  
 Instituto Pro Bono  
 Instituto Sou da Paz  
 Instituto Terra,  
 Trabalho e Cidadania  
 Pastoral Carcerária  
 Rede Justiça Criminal

8. Mudança em normas da **Defensoria Pública de São Paulo** no sentido de garantir a diversidade e representatividade da população brasileira no órgão, assim como melhorar sua transparência e *accountability*.
9. Alteração em normas da OAB para **permitir a prática da advocacia pro bono** para pessoas físicas no Brasil, que até então só podia ser prestada a organizações carentes.

Foi o apoio do Instituto a projetos distintos de diferentes organizações que trabalham de forma articulada e complementar, principalmente por meio da Rede Justiça Criminal e da Rede Pense Livre, que contribuiu para a formação de uma teia de ações no sentido do resultados desejados.



Advogada atende cidadã em plantão do Instituto Pro Bono na Bela Vista

## REVIRAVOLTA EM VOTAÇÃO NO STF

Ana Paula Pellegrino | Instituto Igarapé e Rede Pense Livre | Agosto de 2016

**H**á dois julgamentos centrais no STF sobre drogas. Um deles, que ainda está acontecendo, é sobre a descriminalização do uso de drogas, do porte para consumo pessoal. O outro era para decidir se o tráfico de drogas privilegiado, aquele cometido por alguém que não tem antecedentes criminais, poderia ser considerado crime hediondo ou não.

Por causa desse primeiro julgamento, nós tivemos uma audiência com o ministro [Edson] Fachin. Fomos conversar e apresentar a nossa pesquisa sobre outros países que já tiveram a experiência de descriminalizar o uso de drogas e contar quais foram as consequências, porque há muito medo do que mudanças em políticas de drogas podem causar. A Ilona [Szabó], nossa diretora, aproveitou a ocasião para falar sobre o outro julgamento, que versava sobre a hediondez daquele esse tipo específico de tráfico. O Fachin tinha acabado de emitir um voto nesse julgamento, a favor da hediondez, mas a Ilona mencionou a questão das mulheres e das mulheres encarceradas, contando que, hoje, a grande maioria delas está presa por questões relacionadas a drogas.

No julgamento sobre descriminalização, que ainda não fechou, acabamos conseguindo ter uma posição muito boa de todos ministros que já apresentaram os votos. Conseguimos até traçar um impacto direto do nosso trabalho, seja porque eles citaram diretamente textos nossos, subsídios ou referências que mandamos pra eles, seja porque citaram o Instituto Igarapé.

Mas o resultado daquela sementinha plantada lá atrás, naquela audiência com o Fachin, foi que, quando o julgamen-

to sobre hediondez voltou à pauta, esse ministro mudou o voto, e mudou o voto citando a questão das mulheres. Ele não disse, é claro, que havia mudado o voto por causa de uma reunião que teve com o pessoal do Instituto Igarapé, mas achamos que foi nesse encontro que criou-se uma ponta de dúvida, que depois o ministro pôde aprofundar.

Além disso, nós tínhamos peticionado alguns dias antes do julgamento a entrada como amici curae, junto com outras organizações que também recebem financiamento do Instituto Lafer. Acabou não dando tempo de entrarmos como amici curae, mas, na manhã da votação, representantes dessas organizações foram até lá e distribuíram a petição. E, aí, dois outros ministros também mudaram de voto e, ao mudarem seu voto, citaram a petição. Então tivemos três ministros mudando de voto e um quarto ministro votando também contra a hediondez. Isso mudou o placar do jogo. A gente ia perder de lavada e, de repente, teve uma reviravolta e ganhamos.

Foi super emocionante ver aquele julgamento – acho que sou a única pessoa que se emociona vendo TV Justiça. Foi completamente inesperado para mim e é algo que me incentiva muito a fazer esse trabalho, que, às vezes, parece tão longe de dar resultados. O Igarapé não é uma organização que trabalha na ponta, não aplicamos programas, não fazemos ação social. Em política de drogas, não fazemos ações de tratamento, de redução de danos, não distribuimos seringa, nada disso. Trabalhamos com a política: para ter impacto, demora. Então, esses momentos são muito bacanas e muito gratificantes.

## 2. MUDANÇAS INSTITUCIONAIS PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

**Muitas vezes, antes de obter** um resultado final em termos de alteração de regulamentação ou de políticas públicas, é necessário superar obstáculos institucionais para a transformação social. O IBJL apoiou organizações que agiram para mudar a posição de um ator-chave ou instituição e, com isso, contribuiu para a ampliação da transparência das instituições públicas, principalmente de Justiça, e para a qualificação do debate público sobre segurança pública, frequentemente pouco fundamentado em argumentos técnicos.

### ORGANIZAÇÕES APOIADAS QUE CONTRIBUÍRAM PARA ESSES RESULTADOS

CESEC

Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Os principais resultados obtidos nesse campo foram:

1. Padronização de dados sobre os gastos com segurança pública. Em julho de 2016, o Tribunal de Contas da União publicou relatório sobre a situação da segurança pública no Brasil. O documento recomenda a definição de um plano de ação para implementação do Programa Nacional de Redução de Homicídios e a adoção de medidas para aumentar a transparência de dados e estatísticas criminais. Também enfatiza a importância da **padronização dos gastos de segurança pública entre União, Estados e municípios**, que permite a otimização da aplicação de recursos públicos, assim como a avaliação de políticas e programas de segurança pública. O documento se baseia, em parte, em estudos do Fórum Brasileiro de Segurança Pública financiados pelo IBJL.
2. Superação de barreira para realização de **pesquisa sobre atuação do Ministério Público**. Em 2015, diante da falta de informações sobre o perfil e a atuação de promotores públicos no Brasil, o Centro de Estudos de Se-



MARCELO CAVARGO/AGÊNCIA BRASIL

Reunião do Conselho Superior do Ministério Público Federal em Brasília

gurança e Cidadania (CESEC) da Universidade Candido Mendes, decidiu realizar uma pesquisa sobre o tema. As autoras, contudo, encontraram grandes dificuldades para vencer a relutância dos promotores em responder questionários sobre sua atuação. Após quase dois anos e muito trabalho interno com membros dos Ministérios Públicos federal e estaduais, conseguiram que uma amostra representativa (899) de promotores participassem da pesquisa, que foi publicada em dezembro de 2016. O estudo, intitulado “Ministério Público: Guardião da democracia brasileira?”, conclui que há pouca diversidade de gênero e racial no MP e que funções fundamentais do Ministério Público para a garantia de direitos dos cidadãos estão sendo deixadas em segundo plano pelos promotores.

## OTIMIZAÇÃO DOS GASTOS COM SEGURANÇA PÚBLICA

Renato Sérgio de Lima e Samira Bueno | Fórum Brasileiro de Segurança Pública | 08/08/2016

**A**o contrário do que ocorre nas áreas da saúde e da educação, cujas leis definem claramente o que pode ser contabilizado como um gasto com saúde ou com educação, na [área de] segurança [pública], pelo fato de os recursos não serem vinculados, cada um coloca o que quiser. Então, coloca-se, por exemplo, desde um gasto com policiamento – como salários – até, se quiser, a compra de um helicóptero, de um avião etc.

Na convergência de uma preocupação do Instituto Lafer, que sempre deixou claro que financia pesquisas, ferramentas e indicadores que ajudem no trabalho de advocacy, começamos a pensar em qual seria uma intervenção que pudesse gerar o impacto necessário para que o tema da segurança fosse pensado em termos mais racionais. O foco na gestão ajudava a pensar não só como a política de segurança é pensada, formulada e implementada, mas também quais são as questões que estão por trás disso, ou seja, o que está se chamando de segurança pública, e o que está se chamando de outra coisa qualquer.

Neste processo, começamos a desenhar um projeto em parceria. Resolvemos pesquisar como é hoje a estrutura de receitas e despesas [com segurança pública], com o cuidado de não fechar num debate muito comum em discussões de política pública que é o debate da vinculação orçamentária. Escolhemos dois casos: município de São Paulo e Estado de Ceará.

Para nossa surpresa, esse projeto começou a render frutos no meio do processo, de forma bastante inusitada. Na semana passada, o Tribunal de Contas da União (TCU) divulgou um relatório recomendando ao governo federal que, em 60 dias, instituisse um pacto nacional de enfrentamen-

to aos homicídios. E, nesse relatório, eles trazem vários dados, não só do Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), mas também das nossas pesquisas, e vão direto à questão do financiamento, que é necessário que o governo federal assuma uma padronização dos gastos no campo da segurança pública. O que o relatório recomenda que seja feito é justamente o resultado do nosso projeto – ou seja, não apenas a adoção de um pacto para redução de homicídios, mas também a padronização dos gastos, para que seja possível avaliar as políticas e programas de segurança pública, o que significa mais ou menos adotar a pauta que o FBSP levou adiante nesse último ano e meio.

Nós vínhamos há tempos dizendo que seria importante adotar a padronização dos gastos de segurança pública, mas nunca tínhamos feito essa proposta – e o projeto com o Instituto Lafer viabilizou isso. É um tema sobre o qual temos falado pouco no Brasil, porque é muito árido e técnico, mas que tem um potencial de intervenção gigante. Pouquíssimas pessoas teriam condição de articular isso, [ou seja,] que uma medida tão burocrática e incremental tem potencial tão grande de indução. E esse é um exemplo de como uma organização da sociedade civil tem capacidade de influenciar o poder público de uma forma diferente: não pelo gestor, e sim pelo órgão de controle.

Agora, com a incorporação desta narrativa pelo TCU, temos o projeto [com o IBJL] que mostra exatamente o que fazer e como fazer. Se esse projeto não existisse, essa seria uma chance que teria passado em vão. Neste momento, mesmo com os resultados ainda preliminares, conseguimos dialogar e entrar num debate que aparentemente era meramente técnico, mas que tem um potencial grande de transformação.

# 3. MELHORIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS E DA GESTÃO PÚBLICA

O **aperfeiçoamento dos serviços públicos** e da gestão pública estão entre os principais objetivos da atuação do IBJL. Por meio do apoio a organizações de mobilização política e desenvolvimento social, o Instituto contribuiu para ampliar o alcance e melhorar a qualidade de serviços públicos nas áreas de saúde, segurança pública, lazer e orçamento público em São Paulo e Santos.

Entre os principais resultados alcançados estão:

1. Estabelecimento de **programa de assistência à gestante** em Santos. O projeto Escola das Mães oferece assistência durante o período pré-natal, parto e pós-parto, além de acompanhar o bebê até os 24 meses de vida. É uma nova fase do programa Mãe Santista, que teve como resultado a redução do índice de mortalidade infantil na cidade de Santos para sua taxa mais baixa já registrada.
2. Ampliação da utilização na Cidade de Santos da ferramenta eletrônica Colab, permitindo a interação entre a Prefeitura Municipal e os munícipes da cidade, que podem, por meio do aplicativo, definir prioridades para o orçamento participativo, votar, acompanhar e fiscalizar as obras. Com o aplicativo, houve uma **ampliação da participação dos cidadãos no orçamento participativo de Santos**, passando de 400 participantes em 2015 para 9.100 em 2016.
3. Abertura da **primeira Delegacia de Defesa da Mulher com atendimento 24 horas** em São Paulo. A ampliação do atendimento gera um impacto direto positivo no atendimento à mulher vítima de violência, uma vez que grande parte das ocorrências acontece durante a noite. Anteriormente, caso precisassem de atendimento fora do horário comercial, as mulheres eram atendidas por policiais não qualificados para o atendimento específico.
4. **Fechamento da avenida Paulista para o trânsito de carros aos domingos**. O projeto foi piloto para o Programa Ruas Abertas, que tornou permanente o uso de certas vias da cidade de São Paulo para ciclistas e pedestres aos domingos e feriados, ampliando as possibilidades de lazer e contribuindo para uma maior ocupação do espaço público pelos cidadãos paulistanos.
5. Elaboração de **Agenda Prioritária de Segurança Pública**. Em 27 de julho de 2016, o Tribunal de Contas da União publicou acórdão no qual determinava que o Governo Federal colocasse em prática um plano de ação para implantar o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios, proposto



ACERVO COMUNITAS

Mulheres participantes do programa Mãe Santista, que tem por objetivo diminuir o índice de mortalidade materna, fetal e infantil



ACERVO MINHA SAMPA

Mulher participa de campanha na avenida Paulista pela abertura de Delegacias da Mulher com atendimento 24 horas

#### ORGANIZAÇÕES APOIADAS QUE CONTRIBUÍRAM PARA ESSES RESULTADOS

Comunitas  
Instituto Igarapé  
Instituto Sou da Paz  
Minha Sampa

pelo governo em 2015 para a redução anual de 5% nas taxas de homicídio no país até 2018, a ser obtida a partir da concentração de esforços nos 81 municípios em que ocorrem 50% das mortes violentas do país. A agenda trouxe muitos pontos de consenso entre especialistas de diferentes vertentes teóricas e ideológicas e influenciou a elaboração do plano. O governo, porém, ainda não destinou recursos para o plano.

## ABERTURA DA PAULISTA

Anna Livia Arida | Minha Sampa | 22/08/2016

**A** campanha de lançamento da [organização] Minha Sampa foi a campanha pela Paulista Aberta aos Domingos. A ideia não foi nossa, é algo que várias pessoas e grupos já tinham tentado fazer ao longo dos anos, mas não tinham conseguido. A Marta [Suplicy, quando foi prefeita de São Paulo,] tinha o Programa Domingo na Paulista, que abria as ruas para lazer. Eram eventos pontuais, mas tinham uma super aprovação.

Quando começamos a campanha pela Paulista Aberta, nós ainda não tínhamos capacidade de mobilização, então trabalhamos muito com outras organizações. Começamos falando com os ciclotivistas e o movimento de pedestres. Mas nós ainda éramos muito pequenos, não éramos captados pelo radar do poder público. Tivemos que fazer um ano de campanha para começar a entender qual era o caminho pra conseguir isso. Fizemos literalmente de tudo e houve muitos momentos em que a gente quase desistiu.

Nós íamos na Paulista colher assinaturas, fazíamos pesquisa com os moradores – que, no início, eram contra [a abertura da avenida para pedestres] –, com os hospitais, os comerciantes... O pessoal da associação de comerciantes, por exemplo, nos dizia que os comerciantes temiam que aquilo ia acabar com o comércio, mas não davam números. Então, nos juntamos com outras organizações e, num domingo, saímos com prancheta na mão, batendo na porta de todos os comércios e perguntando o que eles achavam da Paulista aberta aos pedestres no domingo. O resultado foi que 50% eram a favor, 25% contra e 25% eram indiferentes. Agora, nós tínhamos esse número para nos armar na hora de falar com o poder público.

No início, aliás, nós achávamos que abrir a Paulista era uma política que poderia vir da Subprefeitura. E, juridicamente, é isso mesmo, mas demoramos para perceber que politicamente, pela visibilidade e valor simbólico da Paulista, isso teria que vir do prefeito. Então começamos a trabalhar diretamente com o [então prefeito de São Pau-



HELOISA BALLARIN/SECOM/PHSP

lo Fernando] Haddad. Ou seja, fazendo pressão para que ele encampasse. Ele ia a eventos, nós íamos atrás, falávamos: “E aí, Haddad, vamos fazer a Paulista aberta aos domingos?”. E ele nos ouvia, mas estava no meio da construção da ciclovia na Paulista, sendo atacado por aquilo, e nos disse: “Tudo bem, vamos pensar na Paulista aberta, mas vocês vão ter que esperar, eu vou ter que terminar a ciclovia”. Nós vimos que íamos ter que esperar mesmo – e esperamos.

No dia da inauguração da ciclovia, os ciclistas eram tantos que não cabiam na ciclovia, então foi preciso fechar a via para que as pessoas pudessem circular. Aí acho que [o Haddad] percebeu a oportunidade. Um mês depois, começou a testar a Paulista aberta.

Houve muita gente se mobilizando contra [o projeto]. O Ministério Público, por exemplo, multou a Prefeitura porque havia um termo de ajuste de conduta (TAC) entre ambos que determinava que a Paulista só poderia ser fechada em alguns eventos por ano: São Silvestre, Parada Gay etc. O MP entendeu que a Prefeitura estava desrespeitando o TAC. Então, entramos com uma segunda campanha pedindo que o MP suspendesse as multas.

Mas a Paulista Aberta acabou se consolidando como política e virou o Programa Ruas Abertas. O próprio poder público percebeu que era uma ótima iniciativa, e o Haddad acabou chamando o Minha Sampa para o Comitê de Avaliação e Melhoramento do Programa Ruas Abertas.

## 4. CRIAÇÃO DE NOVOS ESPAÇOS E FERRAMENTAS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

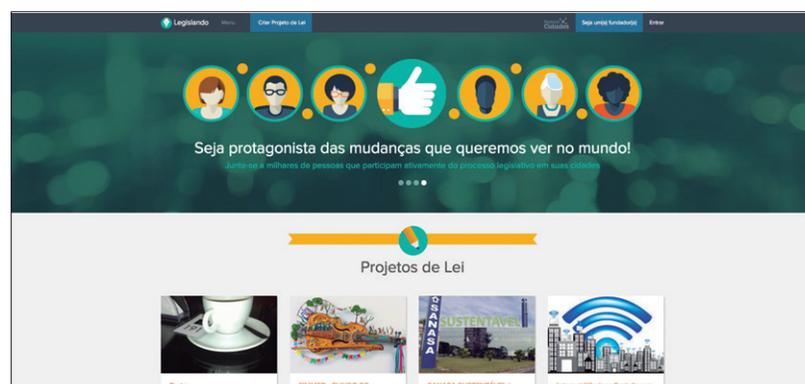
O Instituto colaborou para a **transparência**, o controle social e a incorporação de demandas da sociedade na gestão pública – e especificamente para ampliação do controle social sobre o Legislativo e a participação dos cidadãos na elaboração de leis – ao apoiar o desenvolvimento novos espaços e ferramentas que almejam fomentar a participação social.

A seguir, listamos os principais resultados decorrentes do apoio do IBJL:

1. Sistematização e multiplicação de método de **acompanhamento de mandatos parlamentares**. Uma organização apoiada pelo Instituto desenvolveu um guia de indicadores informatizado no qual os cidadãos interessados em acompanhar legisladores podem fazê-lo a partir das variáveis que desejarem. Foi elaborada ainda uma estratégia de multiplicação do método, por meio de uma publicação online, um vídeo e da realização de cursos de formação. O método foi difundido para outros municípios.
2. Criação de **aplicativo que permite que cidadãos proponham projetos de lei** a ser adotados por vereadores ou deputados estaduais. Usando a plataforma, cidadãos podem criar, editar ou apoiar projetos de lei, e legisladores podem adotar um projeto criado por um cidadão. Em novembro de 2016, a plataforma continha 48 projetos de iniciativa popular e de parlamentares em diferentes estágios.
3. Desenvolvimento tecnológico de plataforma para **acompanhamento da produção legislativa municipal de São Paulo**. A plataforma contém todos os projetos de lei elaborados na legislatura 2013 a 2016, organizados por eixo, políticas públicas, partido e vereador avaliado, permitindo o controle e a participação política. Apresenta também avaliação dos Projetos de Lei, em escala de -3 a +3, de acordo com os objetivos do Programa Cidades Sustentáveis.

### ORGANIZAÇÕES APOIADAS QUE CONTRIBUÍRAM PARA ESSES RESULTADOS

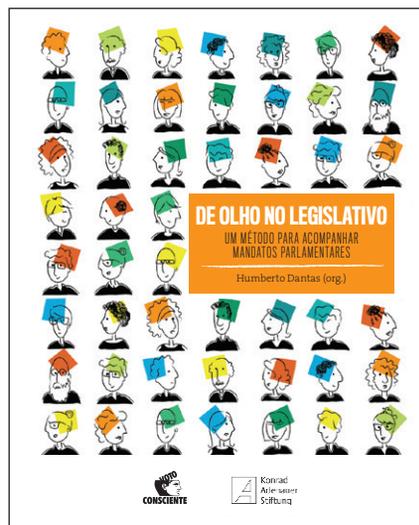
Rede Nossa São Paulo  
Rede Nossas Cidades  
Voto Consciente



Página de entrada do aplicativo  
Legislando, da organização Meu Rio



MARCELO CÂMARGO/AGÊNCIA BRASIL



Publicação "De Olho no Legislativo", da organização Voto Consciente

Sessão da Câmara dos Vereadores de São Paulo

## ORGANIZANDO O "LOBBY DO CIDADÃO"

Humberto Dantas e Rosangela Giembinsky | Voto Consciente | 23/08/2016

**E**m 2011, não havia muitas organizações que olhassem, que apurassem o que era o Legislativo no Brasil. [O IBJL] estava buscando projetos inovadores no campo da política. Nos encontramos e eles disseram que gostariam de apoiar o projeto Voto Consciente. Decidimos sistematizar o nosso método de avaliação do Legislativo e colocá-lo em formato de livro. Criamos também uma página na internet, a de Olho no Legislativo, e um vídeo institucional do projeto. Tudo isso foi construído com base em pesquisas e entrevistas com cerca de 50 técnicos legislativos, legisladores, ativistas, cientistas políticos e jornalistas sobre como avaliar mandatos parlamentares.

O objetivo não era criar um método único, mas algo que permitisse construir indicadores para cada cidade e Estado. Perdemos o controle do projeto, o que era nosso objetivo. Encontrei gente em Araraquara, São Caetano do Sul que usa o método. Há estudantes e professores usando-o também no meio acadêmico, e recebemos contato de cidades que querem acompanhar o trabalho no Legislativo.

Com critérios lapidados, o cidadão avalia o legislador, e a nota dada pelo cidadão ajuda a compor a lista dos legisladores com melhor desempenho efetivo. Tirou-se a subjetividade e criou-se esse canal aberto com cidadão. O cidadão tem obrigação de votar, mas também deve acompanhar os trabalhos do Legislativo, analisar dados, e divulgá-los. Há muitos lobbies operando, mas não o lobby do cidadão. Isso é o que nosso trabalho veio a organizar. É o nosso principal legado.

## 5. FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE DE INCIDÊNCIA DA SOCIEDADE CIVIL

O apoio ao desenvolvimento e ao fortalecimento institucional de organizações da sociedade civil, ampliando sua capacidade de incidência, produziu resultados relevantes em todas as áreas de atuação do IBJL. O Instituto apoiou essas organizações de formas distintas, que podem ser agrupadas em cinco grupos: apoio à criação ou consolidação de redes temáticas de organizações ou indivíduos; apoio à criação de novas organizações; apoio à replicação do trabalho de organizações em novas localidades; apoio à ampliação do escopo de atuação de organizações existentes; apoio ao fortalecimento da gestão de organizações.

Alguns dos principais resultados para os quais o Instituto contribuiu nesse sentido foram:

1. Estabelecimento de **rede de organizações e indivíduos para atuar no campo de política de drogas** (Rede Pense Livre). A rede reuniu mais de 80 lideranças, entre empresários, cientistas sociais, jornalistas, economistas, juristas, acadêmicos etc. para impactar o debate sobre política de drogas no Brasil. Focada principalmente na produção, curadoria e disseminação de informação, a rede se tornou referência no assunto no país, qualificando o debate público, estabelecendo parcerias com órgãos públicos e influenciando posicionamentos oficiais. Funcionou a pleno vapor entre 2012 e 2015 e, hoje, é um canal de comunicação ativo no Facebook.
2. Consolidação de **rede de organizações atuantes no sistema de justiça criminal** (Rede Justiça Criminal). A rede se consolidou como referência nacional no tema, em advocacy e produção de conhecimento, ampliando a capacidade de incidência da sociedade civil, qualificando o debate

### ORGANIZAÇÕES APOIADAS QUE CONTRIBUÍRAM PARA ESSES RESULTADOS

Aliança pela Água  
 BrazilLAB  
 Conectas Direitos Humanos  
 Fórum Brasileiro de Segurança Pública  
 Instituto Sou da Paz  
 Instituto Tellus  
 Instituto Terra, Trabalho e Cidadania  
 Minha Sampa  
 Rede Justiça Criminal  
 Rede Nossas Cidades  
 Rede Pense Livre  
 UNIBES  
 Voto Consciente



Representantes da sociedade civil e especialistas debatem sobre a Política Nacional de Alternativas Penais, em evento promovido pelo Instituto Terra, Trabalho e Cidadania, em São Paulo

público nos temas prioritários da rede e influenciando políticas públicas de forma proativa.

3. Estabelecimento de **coalizão de organizações para enfrentar a crise hídrica em São Paulo** (Aliança pela Água). A aliança foi estabelecida em função da crise hídrica que acometeu o Estado de São Paulo em 2014, com o objetivo de contribuir para a transição para “uma nova cultura de cuidado com água” no Brasil.
4. Criação de **incubadora de inovações para o setor público** (BrazilLAB). A organização fomenta o desenvolvimento de inovações de empreendedores para o setor público provendo quatro meses de mentoria para projetos selecionados, ao final dos quais o projeto mais bem estruturado recebe US\$ 5 mil para sua implantação e apoio na articulação com os potenciais clientes públicos.
5. Criação de **organização focada em participação política** (Minha Sampa). O IBJL participou da definição da estratégia de expansão da organização Meu Rio para São Paulo, que culminou no lançamento do Minha Sampa, que também recebeu apoio financeiro do Instituto, criando uma nova plataforma de participação social na cidade de São Paulo.
6. Criação de **organização focada na promoção de inovação em serviços públicos** (Instituto Tellus). O IBJL foi um dos financiadores iniciais do Tellus e participa de seu Conselho Consultivo.



Aluna participa de início da implementação da plataforma do projeto Escolas que Inovam, em 2015 em São Paulo



Oficina de cocriação de projeto para buscar soluções inovadoras para os desafios da alfabetização

## ARTICULAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES PARA ADVOCACY EM BRASÍLIA

Heidi Cerneka | Pastoral Carcerária e ITTC | 15/09/2016

**A**ntes da existência da Rede Justiça Criminal e a possibilidade de nos articularmos em Brasília, a cada vez que surgia algum tópico importante, nós corríamos para ver quem, dentre nós, poderia conseguir tempo e uma passagem para tentar chegar a tempo em Brasília. Além disso, nós não tínhamos como ficar o tempo todo informados sobre todas as questões de justiça criminal. Então, a organização que ia a Brasília era geralmente aquela que tinha mais conhecimento sobre o tema, ou aquela que tinha dinheiro para ir.

O projeto [financiado pelo IBJL] focava nesse trabalho de advocacy em Brasília. Nós nos comprometemos a organizar o trabalho e preparar informes, boletins, uma agenda mínima e alguns pareceres sobre cada tema. Também nos aproximamos de outras entidades: trabalhamos em conjunto, trocamos ideias e juntamos forças para estar mais presentes em Brasília.

Começamos a planejar as idas para Brasília. Em vez de sair correndo por causa de uma votação de última hora, planeja-

mos as idas para articular-nos com pessoas-chave, em momentos de visibilidade de alguns temas, e levar nossos/as especialistas nos temas. Nós nos juntamos como entidades, dedicando pessoas e recursos a esse trabalho, e criamos laços com pessoas-chave no Congresso e em São Paulo. Também nos apropriamos dos temas e de nossa função como especialistas nas diferentes frentes de justiça criminal.

Com a união das organizações, nós como rede e nós como cada entidade tivemos mais entrada para falar com pessoas em Brasília, e, assim os/as políticos/as e servidores públicos também tiveram oportunidade de aproveitar nosso conhecimento e experiência. Com a maior frequência das idas, os políticos começaram a contar conosco e com nossas opiniões fundamentadas e informes e chegaram até a pedir pareceres. Também passaram a contar com a pressão da sociedade civil para chamar atenção para os temas às vezes perdidos, esquecidos ou, muitas vezes, simplesmente rejeitados.

## 6. ALTERAÇÃO DE COMO A MÍDIA TRATA TEMAS RELATIVOS A POLÍTICAS PÚBLICAS E JUSTIÇA CRIMINAL

O tratamento que a mídia dá a temas sensíveis como a justiça criminal e, dentro deste tópico, a questões como políticas de encarceramento e de drogas, influencia de forma significativa a opinião pública e, consequentemente, o desenho de políticas relativas a esses assuntos. Por esse motivo, o IBJL tem apoiado organizações que trabalham para que a cobertura da imprensa, principalmente do jornalismo político e criminal, seja mais criteriosa e responsável nos temas de atuação do Instituto, assim como para que tópicos de direitos humanos sejam mais disseminados.

### ORGANIZAÇÕES APOIADAS QUE CONTRIBUÍRAM PARA ESSES RESULTADOS

Agência Pública

Instituto de Defesa do Direito de Defesa

Rede Pense Livre

Principais resultados obtidos:

1. **Formação** de jornalistas provenientes de redações de importantes veículos de imprensa, assim como estudantes de jornalismo, em tópicos de **direitos humanos**, totalizando 767 pessoas. O objetivo do curso foi despertar interesse e reflexão a fim de gerar uma mudança de comportamento dos jornalistas e na abordagem de temas de direitos humanos.
2. Fortalecimento da Agência Pública, criada em 2011, como um relevante **veículo de jornalismo independente**, de produção e checagem de notícias, em temas de direitos humanos, em especial das ações do congresso.
3. Fortalecimento da rede Pense Livre, que procurava manter uma articulação organizada e profissional junto à imprensa e à mídia em geral para **qualificar o debate sobre política de drogas** no Brasil.

Advogados participam de seminário O Crime e a Notícia e do lançamento do "Manual de Direito Penal para Jornalistas", do IDDD



ALICE VERGUEIRO

AGÊNCIA DE REPORTAGEM E JORNALISMO INVESTIGATIVO

Publica

reportagens especiais truco casa pública quem somos assine a newsletter english

### Uma nova jogada do Truco

por **Maurício Moraes** | 15 de fevereiro de 2017

Produzido pela Agência Pública e o **Congresso em Foco**, o Truco no Congresso é um projeto de fact-checking permanente sobre o dia a dia parlamentar inspirado no jogo de cartas.

"Truco". Checamos as frases mais relevantes apresentadas pelos congressistas dentro e fora do plenário, cruzamos dados referentes ao que foi dito e verificamos os projetos de lei apoiados pelas bancadas. Então distribuimos as cartas correspondentes, deixando claro para o leitor até que ponto o que os parlamentares dizem é verdadeiro, se o contexto correto muda a informação ou se o que falam é simplesmente um blefe. Além das cartas, vamos "pedir o Truco" a alguns congressistas, um desafio público para que expliquem melhor falas, dados ou promessas potêmicas. Ao verificar esses dados, nosso objetivo é melhorar a qualidade do debate e estimular os eleitores a questionar o discurso dos congressistas. [Saiba mais.](#)

Mais lidas Mais comentadas

Uma nova jogada do Truco

Página inicial do site de checagem de informações Truco no Congresso, da Agência Pública

## CRIAÇÃO DE AGÊNCIA DE CHECAGEM

Marina Amaral | Agência Pública | 31/08/2016

Já tínhamos feito um projeto de checagem de fatos nas eleições presidenciais. Foi muito positivo. Fazíamos a checagem de argumentos de quem era contra e quem era a favor do impeachment, para identificar o que era indiscutível e o que era questão de opinião nos dois lados. Ambos os lados tinham pouca confiança na imprensa, e essa disputa foi criando uma fratura muito séria, do chamado PIG contra os chamados blogueiros progressistas. Construímos o Truco desde o início com essa ideia: ter uma voz que seria respeitada [por ambos os lados]. As histórias eram contadas na voz de quem participava e com base nos documentos que existiam sobre cada caso.

[A entrada do IBJL viabilizou o] o Truco no Congresso, que não se restringe ao período eleitoral. Trata-se de um projeto de checagem permanente, não apenas relacionado às campanhas. Estávamos tocando o projeto sozinhos, mas era difícil pois não tínhamos como mantê-lo. Exigia um repórter em Brasília, um editor multitarefa, um jornalista com perfil de checagem. Isso traria um novo impacto para o que Agência

Pública fazia. Seria uma possibilidade de influir no discurso público durante o ano inteiro, não apenas em um momento.

O Truco no Congresso permitiu análises muito mais aprofundadas. Transformou a Pública também numa agência de checagem. Com a nossa experiência, faz sentido ter um projeto de checagem permanente. Ensinar repórteres a checar também é muito importante para sua formação. Os que chegam para trabalhar aqui estão cursando o último ano de jornalismo ou são recém-formados e ensinamos que jornalismo é, antes de tudo, apuração.

Fala-se em isenção, mas as pessoas acham que é hipocrisia. Obviamente, editar é selecionar, pautar. Você sabe quem procurar para ouvir o que você quer. Mas onde está a informação segura, para fazer a democracia caminhar? Não dá para aceitar a ideia de que tudo é versão.

Esse trabalho solidificou a reputação da Agência Pública, que cresceu depois da mudança, e muitos políticos passaram a conhecê-la.

## 7. PRODUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE CONHECIMENTO

**Para o IBJL, é fundamental** que atividades que procurem obter transformações sociais sejam fundamentadas em dados e pesquisas, tanto para garantir sua eficácia quanto para qualificar o debate e fortalecer a capacidade de incidência e de ação das organizações da sociedade civil. Além de pesquisas para subsidiar o desenho de políticas públicas, o Instituto financia projetos de memória e disseminação de conhecimento e, por não ser um financiador tradicional (como uma agência de fomento à pesquisa), preocupa-se em viabilizar a utilização de métodos e temas mais inovadores do que os habitualmente permitidos na pesquisa acadêmica tradicional.

Os principais resultados obtidos pelo IBJL nesse campo foram:

1. Criação de site de **memória do massacre do Carandiru**. Elaboração da plataforma digital <http://www.massacrecarandiru.org.br> como espaço de registro e exposição da memória do massacre do Carandiru. A plataforma apresenta duas abas, uma focada no Carandiru e outra no presente (“Prisão hoje”). Além dos materiais produzidos no âmbito do projeto, tais como um minidocumentário e entrevistas, a plataforma também contém material bruto que pode ser acessado para realização de novas pesquisas. O formato site contribui para dar visibilidade ao tema, trabalhado como um marco da violação de direitos humanos no país.
2. Criação de site compilando **iniciativas na área de segurança pública no Estado de São Paulo**. No início da década de 2000, o índice de homicídios caiu significativamente no Estado. Com o objetivo de tentar identificar os fatores e políticas públicas que levaram a esta queda e, portanto, permitir a sua replicação, foi produzida uma cronologia interativa das iniciativas na área da segurança pública em São Paulo (<http://fbsp.memoriaseguranca.org.br/>).
3. **Mapeamento de iniciativas de participação social** no Brasil. Elaboração colaborativa do Ecossistema Brasileiro da Participação Social, identificando as principais iniciativas de participação social atuantes no Brasil, com o objetivo de ampliar a possibilidade de sinergias entre as ações ou replicar as iniciativas.
4. Elaboração de **projeto funcional para subsidiar implantação de nova tecnologia de tratamento de água** em São Paulo. A iniciativa utilizaria sistemas naturais de tratamento de efluentes, denominados “Alagados Construídos”, no Canal da Represa de Guarapiranga, como forma complementar ao sistema tradicional de tratamento. Para a organização apoiada, a tecnologia teria grande potencial para “atender áreas carentes em

### ORGANIZAÇÕES APOIADAS QUE CONTRIBUÍRAM PARA ESSES RESULTADOS

Acredite

ANDHEP

Associação Águas Claras do Rio Pinheiros

Cidade Democrática

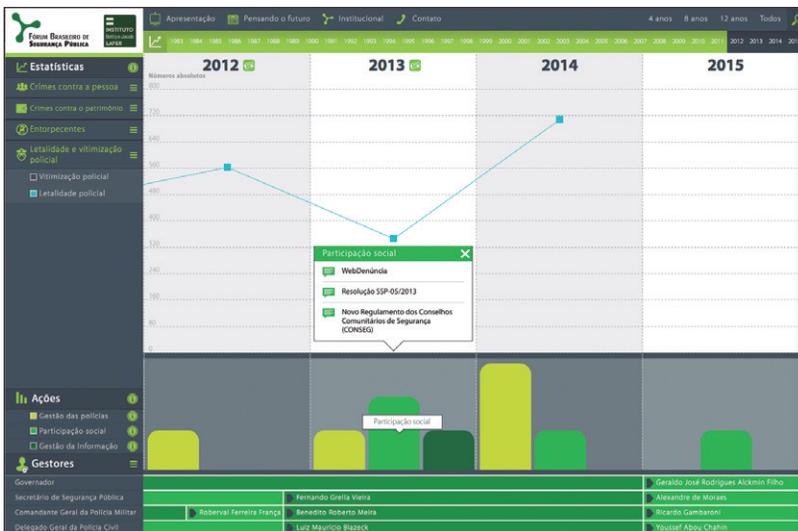
Fórum Brasileiro de Segurança Pública

saneamento básico, agregando outros benefícios, tais como a melhora do microclima, da paisagem, da saúde e do ecossistema, além da criação de áreas de lazer”.

5. Criação de **site sobre reumatismo infantil** para pacientes. Elaboração de página com vídeos curtos, acompanhados de textos explicativos, contendo explicações de profissionais sobre as principais doenças reumáticas e aspectos do tratamento, trazendo mais informações aos pacientes e familiares. ([www.reumatismoinfantil.org.br](http://www.reumatismoinfantil.org.br))

Intervenção realizada pela casadapala e Jornalistas Livres durante lançamento do site Memória do Massacre no Carandiru, pela ANDHEP, na Faculdade de Direito da USP

SATO DO BRASIL PARA OS JORNALISTAS LIVRES



Página do site sobre políticas de segurança pública em São Paulo, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

## RELAÇÃO DE PUBLICAÇÕES GERADAS NO ÂMBITO DOS PROJETOS APOIADOS PELO IBJL ENTRE 2011 E 2015

### Justiça criminal

- Agenda Prioritária de Segurança Pública – Resumo Executivo. Instituto Sou da Paz  
[http://www.soudapaz.org/upload/pdf/resumo\\_agenda\\_priorit\\_ria\\_2014.pdf](http://www.soudapaz.org/upload/pdf/resumo_agenda_priorit_ria_2014.pdf)
- Carreiras da Magistratura e Ministério Público: percepções críticas de seus atores sobre o ciclo de vida e as garantias (Conectas Direitos Humanos)
- A Defensoria Pública de São Paulo em matéria criminal: observações sobre o atendimento ao preso provisório (IDDD)
- O direito de acesso à justiça e a prática da advocacia pro Bono. Um diagnóstico sobre os serviços de assistência jurídica no Estado de São Paulo  
<http://www.probono.org.br/arquivos/multimedia/PDF/174.pdf>
- Direito Penal para Jornalistas  
[http://www.iddd.org.br/wp-content/uploads/2014/03/0lharCritico\\_Guia\\_16\\_04\\_comCapa.pdf](http://www.iddd.org.br/wp-content/uploads/2014/03/0lharCritico_Guia_16_04_comCapa.pdf)
- Fortalecimento dos mecanismos de acesso à justiça dos presos, em especial no Estado de São Paulo (Conectas Direitos Humanos)
- Liberdade provisória e atuação da defensoria pública do estado de São Paulo. Uma análise empírica dos processos  
[http://www.conectas.org/arquivos/editor/files/Pesquisa%20diretriz\\_final\\_2015.pdf](http://www.conectas.org/arquivos/editor/files/Pesquisa%20diretriz_final_2015.pdf)
- Mapeamento da estrutura das receitas e despesas do financiamento da segurança pública no município de São Paulo e no Estado do Ceará - em andamento. (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)
- Mapeamento de modelos de indicadores de avaliação dos serviços prestados por órgãos dos Sistemas de Justiça – estudo comparado (Conectas Direitos Humanos)
- Memória Massacre Carandiru  
[www.massacrecarandiru.org.br](http://www.massacrecarandiru.org.br)
- Ministério Público: guardião da democracia brasileira?  
[http://www.ucamcesec.com.br/wp-content/uploads/2016/12/CESEC\\_MinisterioPublico\\_Web.pdf](http://www.ucamcesec.com.br/wp-content/uploads/2016/12/CESEC_MinisterioPublico_Web.pdf)
- Nota Técnica Subsídios da Sociedade Civil para aperfeiçoamento da Legislação de Controle de Armas e Munições no Brasil  
[http://www.soudapaz.org/upload/pdf/nota\\_tcnica\\_para\\_ce\\_3722\\_isdp\\_igarap\\_vivario\\_final\\_1\\_1.pdf](http://www.soudapaz.org/upload/pdf/nota_tcnica_para_ce_3722_isdp_igarap_vivario_final_1_1.pdf)
- Pesquisa do Instituto Pro Bono sobre a visão da advocacia pro bono, bem como a disponibilidade para a prática de estudantes e profissionais do Direito de todo o país (Instituto Pro Bono)
- A política nacional de alternativas penais: Diagnósticos e propostas – ITTC
- Políticas e Práticas de Monitoramento da Defensoria Pública de São Paulo: Os convênios com a OAB/SP e FUNAP  
<http://www.conectas.org/arquivos/editor/files/Pol%C3%ADticas%20e%20Práticas%20de%20Monitoramento%20da%20Defensoria%20Pública%20de%20São%20Paulo%20-%20OAB%20e%20FUNAP%20-%202015.pdf>
- Prisões privatizadas no Brasil em debate  
<http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2014/09/Relatório-sobre-privatizações.pdf>

### Política de drogas

- Artigo Estratégico 16 – A Política de Drogas no Brasil: a mudança já começou  
[https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2013/05/AE-16\\_CADERNO-DE-EXPERIÊNCIAS\\_24-03w.pdf](https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2013/05/AE-16_CADERNO-DE-EXPERIÊNCIAS_24-03w.pdf)
- Carta de Salvador da Rede Pense Livre
- Fontes Brasileiras sobre Política de Drogas (Instituto Igarapé)
- Glossário sobre política de drogas  
<https://docs.google.com/viewer?url=https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2015/09/Infografico-Politica-de-drogas-na-pratica-RPL-4.pdf>
- Nota Técnica: Critérios objetivos de distinção entre usuários e traficantes de drogas - cenários para o Brasil  
<https://jota.info/docs/nota-tecnica-criterios-objetivos-de-distincao-entre-usuarios-e-trafficantes-de-drogas-10082015>
- Nota Técnica: O Brasil e a UNGASS – Reformas para garantir a multilateralidade do sistema  
<https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2015/09/II-0-Brasil-na-UNGASS.pdf>
- Propostas para uma nova política de drogas e juventude (Rede Pense Livre)

### Políticas públicas

- De Olho no Legislativo  
[www.deolhonolegislativo.com.br](http://www.deolhonolegislativo.com.br)
- De olho no legislativo – um método para acompanhar mandatos parlamentares.  
[http://www.votoconsciente.org.br/wp-content/uploads/2013/02/LIVRO-FINAL\\_-MVC-KAS.pdf](http://www.votoconsciente.org.br/wp-content/uploads/2013/02/LIVRO-FINAL_-MVC-KAS.pdf)
- Manifesto do Ecossistema da participação social no Brasil  
[https://medium.com/@cidademocratica/manifesto-do-ecossistema-brasileiro-da-participacao-social\\_versaocoletiva01-ad1ae6186568#.9nmh90id9](https://medium.com/@cidademocratica/manifesto-do-ecossistema-brasileiro-da-participacao-social_versaocoletiva01-ad1ae6186568#.9nmh90id9)
- Plataforma Legislativos, Cidades Sustentáveis  
[www.mapalegislativo.org.br](http://www.mapalegislativo.org.br)
- Água: Manual de Sobrevivência para Crise  
<https://aguasp.com.br/app/uploads/2015/04/manual%20de%20sobrevivencia%20para%20a%20crise.pdf>
- Alagados construídos  
<http://aguasclarasdoriopinheiros.org.br>
- Crise hídrica e direitos humanos. Relatório de violação de direitos humanos na gestão hídrica do Estado de São Paulo  
[http://www.greenpeace.org/brasil/Global/brasil/documentos/2015/greenpeace\\_relatorio\\_hidrica\\_A4-ALTA.pdf](http://www.greenpeace.org/brasil/Global/brasil/documentos/2015/greenpeace_relatorio_hidrica_A4-ALTA.pdf)
- O que fazer em situações de colapso no abastecimento de água. Aliança pela Água  
[https://issuu.com/saladecrise3/docs/cartilha\\_colapsoabastecimento](https://issuu.com/saladecrise3/docs/cartilha_colapsoabastecimento)
- Tá Faltando Água  
[https://play.google.com/store/apps/details?id=com.artech.porqueparou.dashboard&hl=pt\\_BR](https://play.google.com/store/apps/details?id=com.artech.porqueparou.dashboard&hl=pt_BR)

# 8. INOVAÇÃO EM INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO

**O IBJL fez um investimento** de cerca de R\$ 5 milhões em 35 projetos de organizações da sociedade civil entre os anos de 2011 e 2015. Como já dito, o Instituto busca fomentar a transformação social apostando em projetos inovadores em duas frentes temáticas: políticas públicas e justiça criminal, tendo constituído o primeiro programa de apoio financeiro a projetos de promoção de equidade no sistema de justiça de composição totalmente nacional. Para atingir seus objetivos, o IBJL utiliza-se de alguns critérios ao selecionar os projetos a ser financiados, tanto em relação ao tipo de iniciativa e de organização proponente quanto no que tange ao tipo de relação que pode estabelecer com as entidades apoiadas.

No que diz respeito à forma de atuação da organização proponente, o Instituto prioriza entidades que almejem a transformação social e procurem contribuir para uma mudança de contexto e de mentalidade. O IBJL também valoriza organizações que sejam inovadoras; atuem em conjunto com outros grupos que trabalhem no mesmo tema; ajam de forma proativa, buscando influenciar o debate e as políticas públicas; trabalhem de forma propositiva, não somente criticando, mas também procurando construir propostas em conjunto com o setor público; e que sejam flexíveis e responsivas a mudanças de contexto e, ao mesmo tempo, persistentes, mesmo que a transformação demore a ocorrer.

Em relação ao tipo de projeto, o Instituto procura apoiar iniciativas inovadoras que foquem nos atores mais relevantes para a transformação social pretendida, mesmo que sejam difíceis de atingir, e que busquem obter resultados concretos (alteração de legislação, mudança de posição de ator-chave etc.), mas não percam de vista a importância da mudança de mentalidade de determinado setor ou da sociedade como um todo. Para o IBJL, é crucial ainda que os projetos tenham sólida fundamentação técnica e, ao mesmo tempo, contribuam para produzir conhecimento que possa ser utilizado para a ação. Nesse sentido, considera a sistematização da metodologia como elemento importante da iniciativa. Apesar do foco em inovação, o Instituto valoriza a memória social como lastro de ações pioneiras e o cuidado com a empatia na comunicação como meio para a mudança de mentalidade, especialmente em temas de justiça.

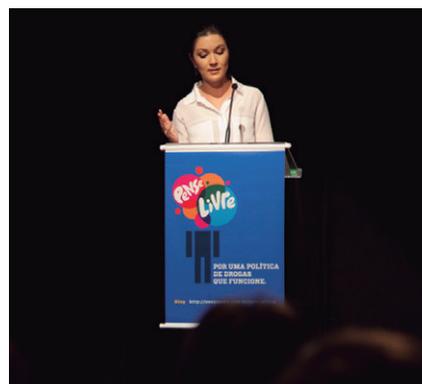
Como mencionado, o IBJL também se utiliza de alguns critérios relativos ao tipo de relação que pode ser estabelecida com a organização proponente. Como o Instituto procura otimizar seu investimento social, por exemplo, prioriza apoios que tenham real impacto no resultado final pretendido – ou

**O fato de o IBJL ser um investidor nacional aportou não apenas recursos financeiros, mas também um importante valor simbólico às causas apoiadas.**

seja, que façam de fato a diferença para que seja atingido. De forma semelhante, como o IBJL procura apoiar iniciativas inovadoras, busca ser flexível como investidor, fomentando metodologias pioneiras e respondendo a mudanças de contexto que possam vir a influenciar o andamento dos projetos apoiados. Além disso, o Instituto procura fortalecer a organização proponente, seja procurando estar presente e apoiar em momentos críticos ou de dificuldade, seja participando de conselhos, seja compartilhando contatos ou tentando viabilizar outras parcerias.

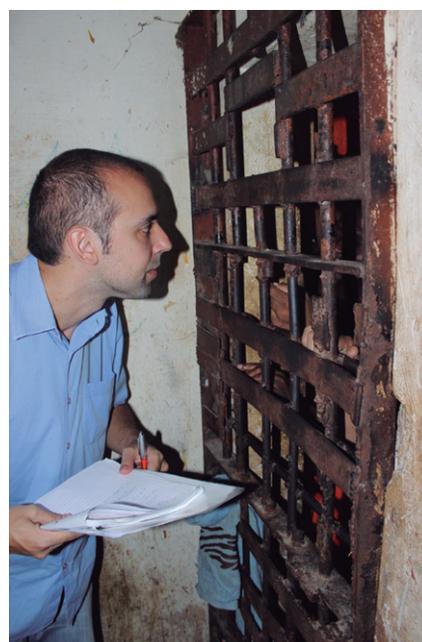
O papel do IBJL como investidor social não foi abordado especificamente nas entrevistas durante o processo de avaliação do Instituto, mas os(as) entrevistado(as) mencionaram espontaneamente diversos resultados decorrentes de sua forma de atuação. Destacamos a seguir os principais:

- O fato de o IBJL ser um investidor nacional aportou não apenas recursos financeiros, mas também um importante **valor simbólico** à causa, além de ter aberto caminho para outros apoios nacionais a projetos similares.
- O fato de o Instituto apoiar projetos inovadores, em termos metodológicos e temáticos, foi mencionado como crucial para a **viabilização de projetos importantes, porém relacionados a assuntos sensíveis**, tais como prisões ou políticas de drogas. Esse tipo de atuação pioneira foi apontada como especialmente importante por dar o exemplo e abrir caminho para outros financiadores, antes relutantes em atuar em temas polêmicos.
- A forma de selecionar e acompanhar projetos do Instituto, segundo os(as) entrevistado(as), também diferencia-o positivamente da maioria dos outros financiadores. O aspecto mais destacado foi a proximidade do IBJL à iniciativa apoiada, envolvendo, em muitos casos, uma construção conjunta do projeto ou de alguns de seus aspectos mais importantes. Outra característica ressaltada foi a abordagem desburocratizada e flexível do Instituto, aberto a ouvir as organizações, compreender seus desafios e rever as estratégias em conjunto. Esse aspecto, assim como a autonomia dada à organização, permite, segundo os(as) entrevistados(as), que as **organizações concentrem-se em suas atividades**, além de abrir espaço para a **aprendizagem mútua e a inovação**.
- Foi também ressaltado com frequência que o fato de o Instituto ter conhecimento aprofundado sobre os temas dos projetos que apoia e o contexto de atuação das organizações contribuiu para uma **relação positiva, de compreensão mútua, com a organização apoiada**.
- Por fim, entrevistados mencionaram o **fortalecimento institucional** obtido pelas organizações em consequência do tipo de relação estabelecida com o Instituto, que apoiou atividades de planejamento e gestão e facilitou contato com outros potenciais parceiros.



Ilona Szabó, diretora-executiva do Igarapé, fala no lançamento da rede Pense Livre em São Paulo em 2012

ACERVO INSTITUTO IGARAPÉ



Rafael Custódio, advogado e coordenador do programa de Justiça da Conectas, conversa com detentos durante inspeção no presídio CDP (Centro de Detenção Provisória), uma das unidades do Complexo Prisional de Pedrinhas, em São Luís (MA), em 2015

JOÃO PAULO BRITO/CONNECTAS



Acima: Agente visita idoso para teste de aplicativo vinculado ao programa Agente Bem Cuidar, em Pelotas (RS)

À esquerda: Roda de leitura com pais e filhos em biblioteca em Birigui (SP)

## ESTÍMULO POSITIVO PARA CONTINUAR ATUANDO

Germano Guimarães | Instituto Tellus | 18/09/2016

O Instituto Tellus fechou uma importante parceria com a Comunitas para realização de um projeto em cinco municípios (Campinas, Pelotas, Paraty, Santos e Teresina). [Nós sabíamos que] havia uma necessidade de maior clareza sobre o que fazemos como organização e criação de casos concretos sobre Inovação e Design de Serviços Públicos. Tivemos então uma reunião de conselho consultivo, na qual a Inês e o Maurício Lafer estavam presentes e em que relataram que não era muito claro o que o Instituto Tellus fazia e qual era o seu posicionamento, em grande parte porque fazíamos muita coisa, de forma pouco focada. Eles nos aconselharam a focarmos mais e criarmos mais casos que demonstrassem o que gostaríamos de fazer e mostrassem o nosso propósito. Eles afirmaram que essa parceria poderia ser uma oportunidade para criar um case de começo, meio e fim, que mostrasse do que estávamos falando quando falávamos de design de serviços públicos. Meses depois da implementação, tivemos a oportunidade de ver o caso sendo reconhecido por prêmios nacionais e internacionais.

O Instituto aporta não só apoio financeiro ou smart money, mas está envolvido no conselho. Esta história mostra que muitas vezes os conselheiros nos ajudam a dar um zoom out e, com isso, nos permitem obter aprendizados, insights e mudanças de rota que podem ser fundamentais para o sucesso e futuro da organização. Acho que eles até vão além do aconselhamento da organização, e nos apoiam também como indivíduos e profissionais, e isso é ótimo. Me sinto empoderado com as reuniões de conselho consultivo. Saio sempre melhor do que entrei e mais motivado para continuar buscando levar o nosso propósito para mais pessoas e lugares.

# ORGANIZAÇÕES APOIADAS



[www.acredite.ora.br](http://www.acredite.ora.br)





# INSTITUTO BETTY E JACOB LAFER

## MEMBROS DO CONSELHO

Celso Lafer

Marina Lafer

Manuel Mindlin Lafer

Mary Macedo de Camargo Neves Lafer

Tatiana Lafer Bresciani

Tiago Macedo de Camargo Neves Lafer

## CONSELHO FISCAL

Carlos Baucia

Fábio Villares

Rubens Monte Oliva Peinado

## DIRETORIA

Inês Mindlin Lafer – *Diretora presidente*

Maurício Lafer Chaves – *Diretor vice-presidente*

[contato@ajlpart.com.br](mailto:contato@ajlpart.com.br)

Esta publicação foi baseada numa avaliação independente da atuação do Instituto Betty e Jacob Lafer entre 2011 e 2015, realizada em 2016 pelo INCIDE.

Editora: Maria A.C. Brant – INCIDE

Texto: Maria A.C. Brant e Tania de Falco – INCIDE

Projeto gráfico e diagramação: Eliana Kestenbaum – Mare Magnum





**INSTITUTO**  
Bettye Jacob  
**LAFER**